

Parecer nº 0107/2022 – CGM

PROCESSO Nº 9/2021-00052

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de vigilância presencial desarmada e vigilância motorizada desarmada, sob demanda e vigilância motorizada desarmada, sob demanda, objetivando a atender os espaços públicos sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Urbanismo.

VALOR GLOBAL: R\$ 1.487.298,72 (Um milhão quatrocentos e oitenta e sete mil duzentos e noventa e oito reais e setenta e dois centavos).

REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Urbanismo - SEMUR

CONTRATADOS: ALIANÇA CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI.

1. PRELIMINAR

Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de ser verificado que a condução da análise técnica é vinculada à atividade prevista na Constituição Federal em seu artigo 74 no qual prevê as atribuições do Controle Interno perante à administração pública, bem como sua responsabilidade. Cabe aos responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União e/ou respectivo tribunal de Contas que forem vinculados.

A Controladoria Interna tem sua legalidade, atribuições e responsabilidades entabulada no art. 74 da Constituição Federal/1988, *in verbis*:

“Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. § 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.”

E ainda no art. 17 da Lei Municipal nº 952/2017:

“Art. 17. Compete à Controladoria Municipal:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, bem como da aplicação de recursos públicos do Município por entidades de direito privado;



- III - exercer o controle das operações de crédito, dos avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;*
IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
V - examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;
VI - examinar as fases de execução fomentar o controle social, viabilizando a divulgação de dados e informações em linguagem acessível ao cidadão, bem como estimulando sua participação na fiscalização das atividades da Administração Pública Municipal;
VII - editar normas e procedimentos de controle interno para os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo."

Neste sentido cabe a ressalva quando a responsabilização solidária do responsável pelo Controle Interno. Tal responsabilidade só ocorrerá em casos de conhecimento da ilegalidade ou irregularidade e não informar tais atos ao Tribunal de Contas no qual é vinculado, ferindo assim sua atribuição de apoiar o Controle externo.

2. RELATÓRIO

Trata-se da Formalização do Processo Licitatório nº 9/2021-00052, na modalidade de Pregão Eletrônico, cujo objeto é Contratação de empresa para prestação de vigilância presencial desarmada e vigilância motorizada desarmada, sob demanda e vigilância motorizada desarmada, sob demanda, objetivando a atender os espaços públicos sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Urbanismo.

O valor do Contrato será de R\$ 1.487.298,72 (Um milhão quatrocentos e oitenta e sete mil duzentos e noventa e oito reais e setenta e dois centavos).

Os documentos, em 02 (dois) volumes, foi encaminhado da CPL desta Prefeitura, no dia 10/02/2022, passando assim à apreciação desta Controladoria na seguinte ordem:

- I. Ofício Nº 501/2021 - SEMUR– Solicitação de Abertura de Processo;
- II. Termo de Referência;
- III. Solicitação de Despesa nº 20210625019;
- IV. Autorização de Abertura de Processo;
- V. Ofício nº 669/2021- SEMUR;
- VI. Encaminhamento de Dotação Orçamentária;
- VII. Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira;
- VIII. Mapa de Cotação de Preços – Preço Médio;
- IX. Resumo de Cotação de Preços – Menor Valor;
- X. Resumo de Cotação de Preços – Valor Médio;
- XI. Projeto Básico Simplificado nº 20210625019;
- XII. Tratamento Diferenciado às MPE;
- XIII. Decreto nº 002/2021 GPP e Publicação;
- XIV. Portaria nº 002/2021 GPP e Publicação;
- XV. Minuta do Edital;
- XVI. Encaminhamento de Parecer Jurídico;



- XVII. Parecer Jurídico nº 739/2021-SEJUR/PMP;
- XVIII. Edital do Processo;
- XIX. Cadastramento no TCM/PA;
- XX. Propostas Comerciais;
- XXI. Documentos de Habilitação;
- XXII. Parecer nº 038/2021 – CGM;
- XXIII. Termo de Homologação;
- XXIV. Portaria de Fiscalização e Publicação;
- XXV. Documentos da Empresa;
- XXVI. Ata de Registro de Preços nº 161/2022;
- XXVII. Publicação Extrato de Registro de Preços;
- XXVIII. Ofício nº 079/2022-SEMUR – Solicitação de Formalização;
- XXIX. Minuta do Contrato;
- XXX. Solicitação do Parecer Técnico do Controle Interno.

É o necessário a relatar. Ao opinativo.

3. EXAME

Em observância aos documentos que aqui foram apresentados para análise, vislumbra-se possuir todos os requisitos imperativos indispensáveis e determinados pelas Leis e Resolução que versam sobre o tema, bem como aos princípios norteadores do Direito Administrativo, atestando assim a regularidade do procedimento.

O Controle Interno dessa Prefeitura observou o Parecer Jurídico onde foram citados os requisitos legais que amparam a celebração do Contrato.

Ao final, todos os atos do referido processo devem ser publicados.

Frente ao exame de todo o processo licitatório passa-se à conclusão.

4. CONCLUSÃO

Face ao exposto, considero a regularidade do Formalização do Processo Licitatório nº 9/2021-00052, na modalidade de Pregão Eletrônico, cujo objeto é Contratação de empresa para prestação de vigilância presencial desarmada e vigilância motorizada desarmada, sob demanda e vigilância motorizada desarmada, sob demanda, objetivando a atender os espaços públicos sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Urbanismo, tendo em vista ao amparo legal e presentes os requisitos indispensáveis à realização do Processo, sendo ele revestido de todas as formalidades legais, RATIFICO, para os fins de mister, no sentido positivo e ao final sua PUBLICAÇÃO. Sem mais, é o parecer da Controladoria Geral do Município.

Paragominas (PA), 03 de março de 2022.




Jorge Williams De Araújo Silva Filho
Controladoria Geral do Município

Jorge Williams de A.S. Filho
Controladoria Geral do Município
Prefeitura Municipal de Paragominas